

PMDB aguarda acordo

Economia

Dívida externa

Jornal de Brasília

que considera "lastimável"

O coordenador do Grupo de Economia do PMDB, deputado Irajá Rodrigues (RS), deixou o Ministério da Fazenda às 20h30 de ontem relatando ter sido informado pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira de que o acordo provisório com os bancos credores internacionais privados "estará assinado ainda hoje (ontem), nos termos já divulgados pela imprensa, lastimavelmente". Ele disse que considera o acordo "lastimável", porque não contém nada sobre juros e nada sobre "spread" (taxa de risco).

Ao contrário do que era esperado, nem o próprio ministro, nem seu porta-voz, jornalista Francisco Baker, anunciaram qualquer acordo. O ministro saiu do Ministério acompanhado do secretário de Assuntos Internacionais, embaixador Rubens Barbosa, logo depois de se encontrar com Irajá Rodrigues, com o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), e com o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). O porta-voz saiu em seguida, sem ter, como alegou, a confirmação de que o acordo havia sido assinado. Ainda às 19h10, ele dissera que não havia nenhuma novidade.

O acordo

O acordo provisório em negociação até ontem à tarde prevê um esquema de refinanciamento parcial dos juros vencidos junto aos bancos privados desde 20 de fevereiro, quando foi declarada a moratória, até 31 de dezembro deste ano, no valor de US\$ 4,3 bilhões. Por este acordo, o Brasil depositará inicialmente US\$ 500 milhões no Banco de Compensações Internacionais (BIS) em Basileia, na Suíça, e os bancos fazem um depósito de US\$ 1 bilhão.

Nova parcela, este de US\$ 1 bilhão por parte do Brasil e de US\$ 1,8 bilhão por parte dos bancos,

deverá ser depositada em dezembro, mas tanto este depósito quanto o posterior saque do dinheiro ficarão na dependência do fechamento de um acordo também sobre parte dos juros com esses bancos que vencem em 1988 e 1989. O Brasil quer refinanciar US\$ 3 bilhões em 1988 e US\$ 3,1 bilhões em 1989.

Dificuldades

Esta negociação, que o Brasil espera fechar até dezembro, para a partir de lá começar a discutir a renegociação da dívida global (US\$ 64,69 bilhões de principal com os bancos comerciais privados, conforme o 1º relatório de acompanhamento e atualização do Plano de Controle Macroeconômico, divulgado na última sexta-feira), dependerá de habilidade dos negociadores brasileiros e da disposição de ambas as partes a fazerem concessões.

É que a exemplo do que fizeram na fase da renegociação dos juros de 87, os bancos novamente tentarão reduzir as pretensões brasileiras. Além disso, querem o retorno do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para fechar o acordo global, o que contraria frontalmente os compromissos assumidos pelo PMDB em relação à renegociação da dívida. Em contrapartida, os bancos aceitam a securitização (transformação em títulos) de uma parcela da dívida brasileira. Mas ainda não há uma manifestação clara sobre a pretensão brasileira de obter um "spread" (taxa de risco) zero a de reduzir bastante as taxas de juros em relação a seu patamar atual.

Ontem à noite, ao deixar o Ministério da Fazenda, o deputado Ibsen Pinheiro disse que o acordo provisório "foi feito na linha da preservação da soberania nacional, não envolve qualquer risco de subordinação nem está condi-

cionado ao FMI e a outras agências internacionais". O próprio Bresser, contudo, admite a ida ao FMI após o fechamento do acordo com os bancos privados.

Spread

Após uma reunião do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, das 10h00 às 14h00 com membros da Comissão da Dívida Externa do Senado, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) indicou que há novidades sobre o "spread" envolvido nas negociações de Nova Iorque. Disse que o presidente do Banco Central tinha boas novidades a respeito. Mas Milliet recusou-se a entrar em detalhes. Disse apenas que o "spread" que o País vem pagando (a uma média de quase 2%) é muito elevado e que reduzir esta taxa é um pressuposto da renegociação da dívida.

Embora o Brasil venha insistindo num "spread" zero, o Banco Central já admite que uma taxa de 0,6% é razoável. Esta taxa já foi alcançada em alguns contratos de renegociação da dívida externa da Argentina. Mas os demais contratos argentinos e também a última renegociação da dívida do México foram fechados a um "spread" de 0,825%.

Com o fechamento do acordo provisório, o Brasil se livra do rebaixamento de sua dívida a categoria de "créditos duvidosos". Uma ameaça que pairou até ontem sobre o Brasil e que certamente contribuiu para apressar este acordo. Segundo informações veiculadas ontem pela imprensa, o parecer da comissão que examinou o assunto foi negativo para o Brasil, mas o parecer dependia ainda de um pronunciamento do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, e do presidente do Banco Central norte-americano (Federal Reserve), Alan Greenspan. Será sustado com o fechamento do acordo.